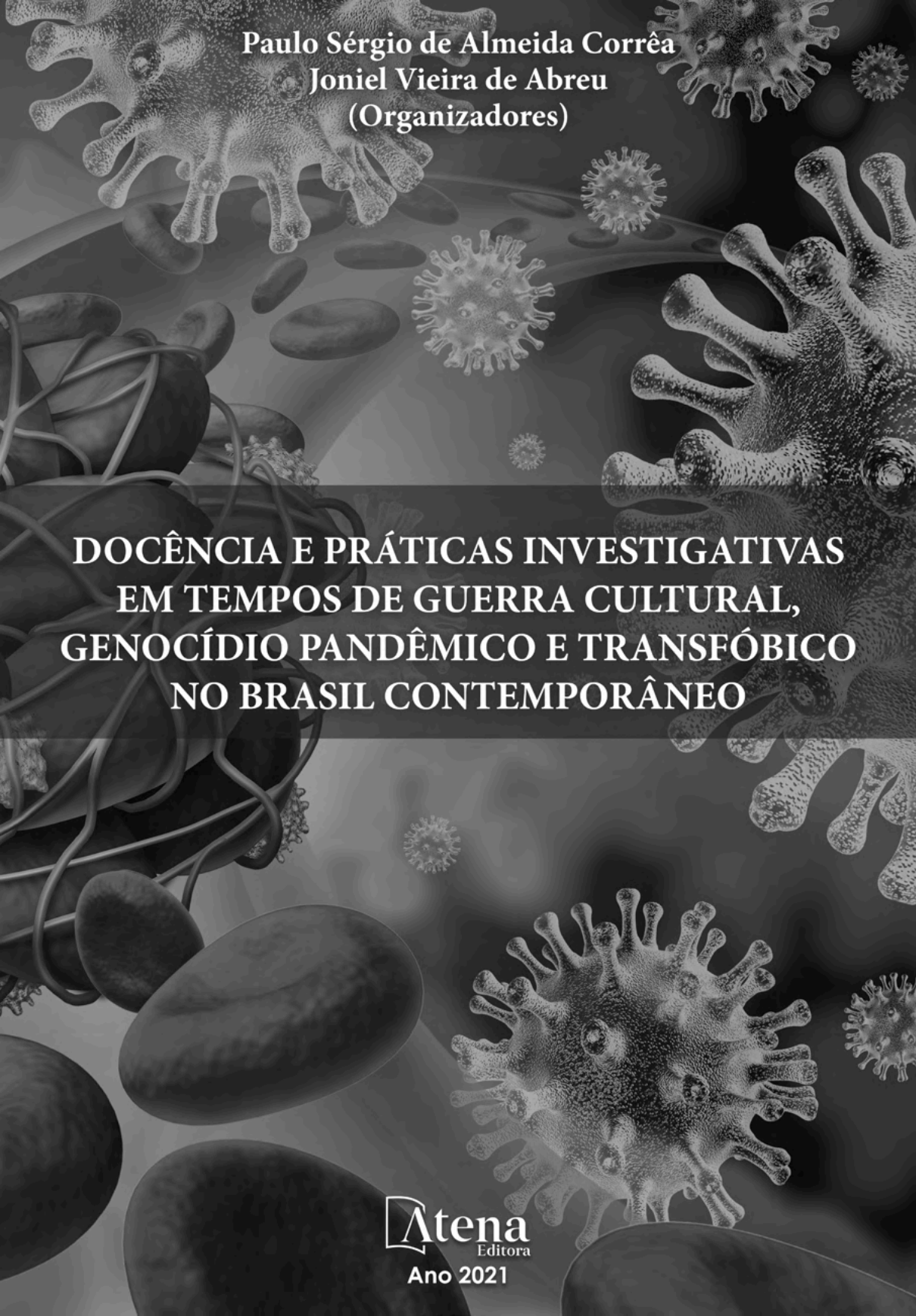


Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

 **Atena**
Editora

Ano 2021

The background of the cover is a grayscale illustration of a microscopic world. It features several large, complex virus particles with numerous spike-like protrusions on their surfaces. Interspersed among these are smaller, simpler spherical virus particles and various biological structures, including what appear to be cross-sections of cells or membranes with internal organelles. The overall composition is dense and detailed, creating a sense of scientific inquiry and biological complexity.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu
(Organizadores)

**DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS
EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL,
GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Joniel Vieira de Abreu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D636 Docência e prática investigativas em tempos de guerra cultural, genocídio pandêmico e transfóbico no Brasil contemporâneo / Organizadores Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Joniel Vieira de Abreu. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-711-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.113212311>

1. Isolamento social. 2. Covid-19. I. Corrêa, Paulo Sérgio de Almeida (Organizador). II. Abreu, Joniel Vieira de (Organizador). III. Título.

CDD 302.545

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A ideia de composição desta obra, emergiu em contexto histórico mundial, marcado com o elevado número de pessoas, de diferentes faixas etárias, que vieram a óbito ou sofreram internação, em razão de terem sido contaminadas pela SARS - COVID19. Essa síndrome respiratória, revelou que grande parte dos países, sejam eles desenvolvidos ou não, depararam-se com dificuldades a fim de tornar eficaz o combate ao coronavírus: a falta de infraestrutura físico-financeira; movimentos de resistência às medidas sanitárias adotadas; o quadro de pobreza extrema causada pela exclusão econômica; veiculação de notícias falsas envolvendo as vacinas e seus resultados sobre a saúde coletiva; posicionamentos contrários à ciência propagados por líderes políticos de diferentes países.

Em meio às atrocidades escalonadas a cada segundo, minuto, hora, dia semana, mês e ano, decorrentes das calamidades sanitárias, o cenário fúnebre também se mostrava desafiador nos diferentes âmbitos de exercício profissional, em especial no trabalho docente em nível da Educação Superior.

Os profissionais da educação sofreram abrupta interrupção de suas atividades funcionais, mas, paulatinamente, perceberam que seria possível reinventar seus modos de vida. No caso da Educação Superior, muitos docentes efetivos ou aposentados, alunos de graduação e pós-graduação e técnico-administrativos, não tiveram essa possibilidade de recriação, pois quedaram como vítimas fatais que deixaram de ser tempestivamente assistidas pelo poder público.

Assim, produzir conhecimento e organizar uma obra em tempo tão difícil, ressoa como ato de resistência, pois arquitetar elaborações teórico-empíricas utilizando a palavra escrita requer disposição, saúde física e mental, resiliência para prosseguir as atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade, em meio a tantas perdas de familiares, colegas de trabalhos e amigos mais íntimos.

Foi com o propósito de atenuar as deformações experimentadas por nossos corpos e mentes, que no dia 11 de agosto de 2021, perguntou-se aos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo – NEPEC¹ se estavam dispostos a organizar um livro e se possuíam artigos recentes disponíveis visando sua publicação. Para a felicidade de nosso coletivo acadêmico, sete integrantes se disponibilizaram a participar da desafiadora obra. Ato contínuo, ficou estabelecido o dia 11 de setembro como prazo final para remessa dos textos aos organizadores.

Considerando-se a dinâmica laboral de cada membro do NEPEC, houve recebimento de 4 produções textuais dentro do tempo previsto. Contudo, concedeu-se a dilatação do prazo para o dia 16 de setembro, o que permitiu a recepção de mais 5 trabalhos acadêmicos.

1. Criado como Grupo de Pesquisa no ano de 2002, com seu reconhecimento institucional pela Pró Reitoria de Pesquisa - PROPESP da Universidade Federal do Pará, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Portanto, a obra está composta por 9 capítulos.

Uma vez reunidos os textos, identificou-se que os eixos articuladores das temáticas problematizadas pelos autores e coautores, perscrutavam como objetos de estudos os seguintes temas centrais: docência; prática investigativa de perspectiva filosófica; as expectativas de formação continuada de alunos de graduação; a guerra cultural em torno da informação; os efeitos da pandemia do coronavírus sobre os direitos fundamentais e, também, suas incidências na esfera da Educação Básica; a história local e o ensino de história por meio dos rituais de morte; a educação ambiental na Amazônia; as adolescentes trans sob os efeitos da necropolítica adotada no sistema socioeducativo brasileiro; o ensino remoto emergencial e seus efeitos sobre o trabalho docente e ensino aprendizagem na universidade.

No primeiro capítulo, nascido da coautoria de Thiago Alves Miranda, Joniel Vieira de Abreu e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, objetivou-se analisar os reflexos decorrentes da pandemia do Covid-19, mormente o isolamento social, enquanto medida restritiva de direito fundamental. Trata-se de temática que ganha relevo, na medida em que o novo coronavírus ainda assola a humanidade e não há cura para a Covid-19, sendo as medidas de distanciamento social e isolamento social recomendadas pelo Poder Público para conter a disseminação do vírus, diminuir a curva de contágio e permitir que os estabelecimentos de saúde proporcionem atendimento adequado aos infectados. Porém, se de um lado há aqueles que defendem o isolamento social, de outro, encontram-se ferrenhos críticos, que apontam a responsabilidade do Estado por medidas que obstam a liberdade de ir e vir dos cidadãos e o direito de empreender, evidenciando a relevância do tema. A pesquisa se classifica como dedutiva, descritiva e bibliográfica. O isolamento social pode ser compreendido, em tempos de pandemia, como uma medida jurídica indispensável, ainda que implique na relativização do direito fundamental? Constatou-se que o isolamento social deve ser compreendido como um instrumental jurídico que leva à preservação do direito fundamental, já que decorre da consagração das liberdades e do direito à saúde, devendo o Estado assegurar meios para a efetivação do isolamento daqueles que assim desejam enfrentar a pandemia do Covid-19.

Importante análise também pode ser encontrada na investigação desenvolvida pelas pesquisadoras Márcia Nemer Furtado, Cleide Carvalho de Matos, Analaura Corradi e Rosângela Araújo Darwich, uma vez que analisaram a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2021. Qual a configuração, impacto e consequências das guerras culturais para a sociedade brasileira no período de 2015 a 2121? Adotou-se o método materialista histórico-dialético, realizando-se coleta e análise de dados mediante pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. *Guerra cultural* não é algo recente, inclusive podendo ter sua base bem antes do contexto aqui enunciado, talvez não com essa denominação, pois trata-se de um conflito ideológico envolvendo principalmente questões morais e de cunho religioso presentes em vários momentos históricos. Concluíram que a *guerra cultural* constitui um grave problema social capaz de inviabilizar a construção de propostas indicativas de caminhos alternativos

às citadas crises e, conseqüentemente, à resolução das mais diversificadas mazelas enfrentadas por grande parte da população brasileira e mundial.

O terceiro capítulo igualmente resultou da parceria intelectual entre os coautores Luiz Miguel Galvão Queiroz, Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, Rafael da Silva Queiroz e Terezinha Sirley Ribeiro Sousa. Nesse trabalho, discutiu-se a prática educativa do ensino remoto na rede pública de educação básica, durante o período da pandemia do coronavírus, com destaque ao discurso do ensino inovador, a partir do uso da pedagogia tecnicista e das tecnologias digitais na mediação do ensino. Historicamente, o período da pandemia do coronavírus escancarou a ineficácia da gestão do Estado no modo de produção capitalista em proporcionar a vida com dignidade à população, e nesse contexto, o estudo problematiza: Em que medida o tecnicismo e a tecnologia digital assume relevo enquanto perspectiva inovadora do ensino na visão dos docentes? Tratou-se de um estudo bibliográfico, produzido por meio de textos de autores que investigaram sobre a temática, depoimentos de docentes e documentos iconográficos que subsidiaram a produção da pesquisa. Verificou-se que as práticas educativas mediadas pelo uso da tecnologia, salvaguardadas por um falso discurso inovador, apenas instrumentalizam os docentes para a utilização de aplicativos, softwares, destinados à produção de materiais didáticos sob efeitos de elementos pictóricos, conjugados de cores e frases, para impressionar os discentes.

Geraldo Neves Pereira de Barros e Silvane Lopes Chaves são pesquisadores que também se desafiaram a escrever e disponibilizar o texto para compor a obra. Assim, no quarto capítulo os coautores entrelaçaram um olhar interseccionado com elementos da necropolítica mbembiana para examinar alguns dados oficiais e acontecimentos sociais de característica transfóbica que retratam a realidade enfrentada por adolescentes trans. Apontam a materialização de uma necropolítica trans como prática tecnológica ininterrupta sobre a experiência transexual dessas adolescentes, dentro e fora dos espaços socioeducativos brasileiros, o que tem ampliado sua morte de uma condição meramente física-biológica para a morte moral, social e política.

Sob os cuidados de Raimunda Lucena Melos Soares, foi proposto o texto localizado no quinto capítulo deste livro. Sua finalidade consistiu em compreender como a investigação sobre a verdade é realizada pela filosofia, e conseqüentemente proporcionar uma discussão sobre questões epistemológicas que envolvem essa procura. No que consiste essa busca pela verdade empreendida pela filosofia, e que questões envolvem essa procura? As fontes de pesquisa que orientam esse estudo são constituídas por obras que viabilizam o contato com os registros do pensamento de alguns filósofos que contribuem para a compreensão das concepções de verdade, bem como da definição do conceito de verdade e sua importância no processo do conhecimento no âmbito filosófico. No cerne das investigações, e dos questionamentos a respeito do ser, as diversas concepções filosóficas realizam um debate teórico fertilizado pelos conceitos de ser e vir-a-ser, que não prescindem das concepções de verdade. As conclusões a que chegou a autora, considerando as opções feitas no estudo, levam-na a confirmar a existência de uma busca infundável acerca das

verdades epistêmicas, por parte da filosofia e, ao mesmo tempo, destacar a necessidade de construção e reconstrução do alicerce sobre o qual o conhecimento se assenta, da elaboração e reelaboração dos conhecimentos, das ideias e das práticas humanas.

Já do labor intelectual exercido por Elaise Almeida Martins e Natamias Lopes de Lima, teve origem o trabalho inserto como capítulo sexto desta coletânea. Constitui-se objetivo geral da investigação compreender como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo em vista as reivindicações da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Como se encontra a Educação do Campo na Amazônia Marajoara, após 20 anos de batismo desse termo, tendo como parâmetro as reivindicações e os problemas apontados no Texto Base da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998? O trabalho resultou do estudo desenvolvido na pesquisa Análise epistemológica de teses e dissertações sobre educação do campo na Amazônia Marajoara produzidas no período de 2000 a 2017, aprovado no Prodoutor PARC Renovação-2018. Realizou-se pesquisa bibliográfica, catalogação e análise das Teses e Dissertações, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e nos repositórios das universidades de onde decorrem as produções. As análises foram suficientes para demonstrar que mesmo após de 20 anos da realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998, problemas crônicos evidenciados naquele contexto histórico, permanecem, embora em grau e roupagem diferentes. Grande parte das problemáticas apontadas são as mesmas que debatemos hoje, por isso, o conteúdo do Texto que balizou o referido evento, é atual, daí continuarmos falando de Analfabetismo, baixo número de matriculas no ensino fundamental comparando ao espaço urbano, falta de infraestrutura para receber os estudantes na escola, falta de apoio dos órgãos estaduais e municipais, currículo descontextualizado, dificuldade de acesso e permanência à escola.

Em coautoria com alunos do curso de graduação, encontra-se representado o sétimo capítulo, do qual participaram Sérgio Bandeira do Nascimento, Adrielly Ferreira Trindade, Elinael da Silva Neves, Maria Marcilene dos Santos Foro, Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho e Valdeci Cristo Alves. Tal produção decorre de experiências a partir de uma disciplina, Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de História, ofertada para o Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação e Ciências Sociais (FAECS/Abaetetuba/UFPa). O objetivo consiste em descrever as experiências a partir de uma atividade de ensino com ênfase na História Local e da história oral sobre o processo de transformação de um antigo cemitério em um Campo Espiritual na cidade de Acará. Em relação à metodologia, além de referencial bibliográfico como Fonseca (2009), Luca (2019), Adiche (2019), houve utilização de dados coletados por meio de entrevista com dois antigos moradores e de um padre que atuou na referida cidade, assim como o uso de fotografias que retratam significativamente o quadro de mudanças do lugar e a sua própria ressignificação pelos moradores do município. Os resultados indicam a necessidade de proposições que dinamizem o ensino de história nos anos iniciais no Ensino Fundamental, o uso da história local com subsídios da história oral como estratégia de apropriação e valorização de processos cotidianos dos

próprios discentes para o fortalecimento da identidade e pertencimento como moradores da cidade. Quanto ao exercício da docência, acreditam poder contribuir com a formação de futuros professores para compreenderem que as transformações históricas, como no caso do objeto de estudo, não existem aleatoriamente, mas possuem contextos próprios que cumprem determinados papéis sociais.

O oitavo capítulo, construído na coautoria de Lucas dos Santos da Silva, Luana Fernandes Peixoto e Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, transborda esperanças depositadas por alunos de graduação sobre o aprimoramento profissional e a pesquisa. O estudo objetivou identificar as expectativas de formação continuada dos alunos em uma turma do curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Como a formação continuada surgiu e quais as motivações para isto? Como os graduandos veem a formação inicial da profissão docente? A metodologia realizada decorreu de um levantamento bibliográfico, no período histórico de 14 anos, além disso, optou-se por aplicar um formulário de perguntas para a coleta de dados nos termos sugeridos por Salles, Farias e Nascimento (2015) e por fim, a compilação e análise dos dados obtidos. Suas conclusões demonstraram que os alunos pesquisados mostram expectativas para a continuidade no ingresso em cursos da pós-graduação, e entendem a importância desta para a sua formação e para a pesquisa.

Por último, tem-se o nono capítulo de autoria de Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, cuja finalidade desta produção científica visou analisar as implicações do ensino remoto emergencial adotado pelas universidades brasileiras no contexto da pandemia SARS COVID-19, particularmente os efeitos produzidos pelas normas regulamentadoras sobre o trabalho docente e o ensino aprendizagem no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará. Quais as bases legais que possibilitaram à Universidade Federal do Pará instituir e implementar o Ensino Remoto Emergencial? Como se caracteriza o Ensino Remoto Emergencial enquanto política pública aprovada e adotada nessa instituição? Quais os impactos do Ensino Remoto Emergencial sobre o trabalho docente e o processo de ensino aprendizagem dos alunos do curso de Pedagogia? Estudo bibliográfico e documental, tendo havido aplicação de formulário a professores e alunos envolvidos com atividades pedagógicas não presenciais entre os meses de agosto de 2020 a setembro de 2021. Constatou-se a existência de diferentes normas regulamentadoras das atividades pedagógicas não presenciais (em âmbito federal) e do Ensino Remoto Emergencial (na esfera institucional da Universidade Federal do Pará). Ainda que a implantação do Ensino Remoto Emergencial tenha obtido como resultado algumas vantagens aos alunos, os aspectos ressaltados como prejudiciais revelaram o quanto essa política institucional passou a ser inconsistente, em muitos casos, fazendo decair a qualidade do trabalho docente e do ensino aprendizagem realizado no período de sua vigência.

Os estudos aqui reunidos, portanto, irrompem como importantes provocações epistemológicas, fagulhas capazes de projetar lampejos de esperança sobre os diferentes modos com os quais nós, docentes da Educação Superior, procuramos nos reinventar para resistir a tantas adversidades, em meio a sofrimentos e perdas irreparáveis, irrecuperáveis, insubstituíveis.

Acima de tudo, esta obra também é uma forma de protestar contra a atuação omissiva do Presidente do Brasil, em face dos malefícios causados pela pandemia do coronavírus e de suas nefastas medidas oficiais que ampliaram a proliferação dessa infecção, tendo como consequência o genocídio de parte considerável da população brasileira.

Por outro lado, sobressai a oportunidade de prestar as merecidas homenagens a ELZA EZILDA VALENTE DANTAS e DÁRIO AZEVEDO DOS SANTOS. A primeira, porque devotou parte de sua vida profissional ao ensino, pesquisa, gestão institucional e produção de conhecimento, com destacada participação no NEPEC, na qualidade de orientanda e de pesquisadora, cravando sua sensibilidade nas veredas históricas de nossos corações. Tornou-se uma vítima do coronavírus, tendo falecido no dia 22 de fevereiro do ano de 2021. O segundo, por ter sido um docente da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, com o qual muitos dos autores presentes neste livro tiveram a oportunidade de conviver enquanto colegas de turma do Curso de Mestrado ou no Doutorado, como aluno de disciplina, um colega de profissão, um amigo, um militante na luta em defesa da educação, da justiça e da democracia. Acometido pelo coronavírus, também não resistiu e sucumbiu. Deixou-nos órfãos de seu convívio no dia 13 de junho de 2021.

Agradecemos a todos os docentes e graduandos que se disponibilizaram a participar da criação desta obra-protesto, cedendo parte de seu tempo de vida e de trabalho para pesquisar e produzir conhecimento, encarando a criação como ato de alimento à vida e resistência às intolerâncias, em momento que a ciência e seus arautos sofrem execração pública.

Belém, Pará, Brasil.

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Joniel Vieira de Abreu


(Organizadores)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA ANÁLISE DO DIREITO FUNDAMENTAL EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL:
REFLEXOS DA COVID-19


Thiago Alves Miranda
Joniel Vieira de Abreu
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123111>

CAPÍTULO 2..... 18

GUERRAS CULTURAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA


Márcia Nemer Furtado
Cleide Carvalho de Matos
Analaura Corradi
Rosângela Araújo Darwich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123112>

CAPÍTULO 3..... 30

A FALÁCIA DA PEDAGOGIA TECNICISTA E DA TECNOLOGIA DIGITAL COMO
PERSPECTIVAS INOVADORAS DO ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS PÚBLICAS


Luiz Miguel Galvão Queiroz
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Rafael da Silva Queiroz
Terezinha Sirlei Ribeiro de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123113>

CAPÍTULO 4..... 46

“ME TRATAM COMO UMA BARATA”: ADOLESCENTES TRANS, NECROPOLÍTICA E O
SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO


Geraldo Neves Pereira de Barros
Silvane Lopes Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123114>

CAPÍTULO 5..... 56

FILOSOFIA, CONHECIMENTO E VERDADE: FRAGMENTOS HISTÓRICOS

Raimunda Lucena Melo Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123115>

CAPÍTULO 6..... 76

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA MARAJOARA: UMA ANÁLISE APÓS 20 ANOS
DA I CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO

Elaise Almeida Martins


Natamias Lopes de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123116>

CAPÍTULO 7..... 97

HISTÓRIA LOCAL, ENSINO DE HISTÓRIA E RITUAIS DE MORTE NO CAMPO ESPIRITUAL DE SÃO JOSÉ NA CIDADE DE ACARÁ-PARÁ


Sérgio Bandeira do Nascimento
Adrielly Ferreira Trindade
Elinael da Silva Neves
Maria Marcilene dos Santos Foro
Raimundo Tadeu dos S. Costa Filho
Valdeci Cristo Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123117>

CAPÍTULO 8..... 111

EXPECTATIVAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM ALUNOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ


Lucas dos Santos da Silva
Luana Fernandes Peixoto
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123118>

CAPÍTULO 9..... 130

REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E OS EFEITOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL NA RECENTE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1132123119>

SOBRE OS ORGANIZADORES 169

“ME TRATAM COMO UMA BARATA”: ADOLESCENTES TRANS, NECROPOLÍTICA E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO

Data de aceite: 01/11/2021

Geraldo Neves Pereira de Barros

Pedagogo especialista, Mestre em Educação pelo PPGED/UFPA, Doutorando em Serviço Social no PPGSS/UERJ.

Silvane Lopes Chaves

Pedagoga, Mestre em Educação pelo PPGED/UFPA, Doutoranda em Educação PPGED/UERJ.

“(...) essa sociedade me trata e me mata como se eu fosse uma barata (...)”

(Adolescente trans em privação de liberdade no Pará)

INTRODUÇÃO

Uma breve incursão sobre a produção científica nos mostrou a escassez de trabalhos que abordam essa temática o que de início já nos aponta para o silenciamento e invisibilização trans¹, tanto no campo da vida moral, social e política quanto no da produção de conhecimento acadêmico-científico. Do mesmo modo isso também está nas políticas públicas brasileiras, ainda hegemonicamente assentadas no binarismo de gênero que nega ou invisibiliza qualquer existência à margem da

norma heterossexual, incitando um processo de exclusão pela negação do direito de existir aos corpos “abjetos” em espaços institucionalizados ou não. Tal exclusão é reproduzida e pode ser verificada nas instituições de privação de liberdade, considerando que a política de encarceramento está ordenada em conformidade com o sistema binário, cuja distinção sexo-gênero é determinada pela dimensão biológica “imutável”, que nega a diferença produzida por *corpos abjetos* (CHAVES, 2016).

No Brasil, o programa de atendimento socioeducativo para adolescentes em privação de liberdade foi construído permeado por graves tensões e conflitos históricos marcados pela lógica racista, classista e binária de gênero. A intenção, dentro dos limites desse texto, é situar essa problemática tendo como ferramenta teórica a interseccionalidade entrelaçada com a teoria mbembeniana a partir dos recursos da revisão bibliográfica. Com isso buscamos apontar alguns entrecruzamentos e diferenciações possíveis na experiência transexual de adolescentes; logo, não serão focalizadas apenas as questões atinentes à dimensão da sexualidade, mas também aspectos atinentes a gênero, classe e raça, tendo em vista o perfil das adolescentes trans em questão (HIRATA, 2014; PISCITELLI,

1. Longe de qualquer generalização, nesse artigo nomearemos de *trans* (transexual, travesti, intersexo, transgênero e *queer*) aquelas pessoas que lidam diferentemente com seu corpo e cuja identificação se dá com o gênero oposto ao sexo biológico, de modo que essa é sua referência para se relacionarem consigo mesmas, com o mundo e com os outros, reivindicando para si, tanto fora como dentro de espaços institucionais, o reconhecimento de sua identidade de gênero divergente do padrão biológico (CHAVES, 2015).

VIVER E MORRER COMO BARATAS: ADOLESCENTES TRANS NA MIRA DA NECROPOLÍTICA

Para ilustrarmos o que designamos como práticas sistemáticas de morte – uma combinação de ódio, violência e horror contra o segmento trans no Brasil – destacaremos alguns fatos e dados, que no conjunto nomeamos de *necropoder trans*. Tratam-se de situações que submetem pessoas que se identificam dentro do espectro trans ao poder da morte física ou política.

Para iniciar destacamos o caso da primeira cirurgia de redesignação sexual ocorrida em 1971, ainda nos ares pesados da ditadura empresarial, civil e militar brasileira, que teve grande repercussão se tornando em um polêmico processo criminal movido pelo Ministério Público de São Paulo contra o médico que ousou realizar uma cirurgia pioneira no país. Tal situação é bastante ilustrativa do quadro de preconceitos, intolerâncias, conservadorismo judicial persistente até os dias atuais. Em um trecho da peça acusatória do caso P. N° 0342, de 19/11/1975 consta que:

“a referida cirurgia plástica com a colaboração hormonal é a criação, digamos assim, de **“eunucos estilizados”**, para melhor aprazimento de suas lastimáveis **perversões sexuais** e, também, dos **devassos que neles se satisfazem**(fl.01), [...]“tais indivíduos, portanto, não são transformados em mulheres, e sim **em verdadeiros monstros**, através de uma **anômala, conformação artificial**”(...) (fl.02, grifo nosso).

Observamos que a negação do direito à cidadania, a criminalização e demonização da identidade trans fica evidente nessa peça acusatória, assim como violentos foram os procedimentos contra a pessoa trans, as formas truculentas de investigação/apuração desse caso², as incompreensões expressas na sentença condenatória³ proferida sobre o mesmo evidenciaram a força esmagadora de uma estrutura jurídica conservadora fortemente atravessada pela moral, que nega e pune a diferença. Embora tal prática médica já tivesse avançado em outros países naquele período, foram necessários mais 22 anos após esse caso para que o Conselho Federal de Medicina procedesse a sua regulamentação aqui no

2. A pessoa trans do caso foi considerada vítima a sua revelia e recomendada a intervenções psiquiátricas. Seus órgãos masculinos foram tomados como bem físico “inalienável”, “irrenunciável” tutelado pelo Estado. Durante apuração do caso, foi submetida aos exames ginecológicos em que um espêculo de metal foi introduzido em seu corpo e dentro dele havia uma fita métrica para medir seu canal vaginal. Em razão desse processo, seu pedido de mudança de nome foi negado sendo concedido apenas quando ela já tinha 65 anos de idade. Isso a obrigou a viver uma vida de muitos infortúnios. Ler mais em: <https://m.migalhas.com.br>quentes>

3. Desconsiderando completamente a identidade de gênero de Waldirene, desprezando os saberes médicos e sociológicos acerca do tema, o saber jurídico sustentado por um conservadorismo exacerbado condenou o médico Roberto Farina por lesão corporal de natureza gravíssima sendo que após muitas tensões do caso, tal decisão foi reformulada pelo Acórdão N°00656, em 06/11/1979. Porém Farina permaneceu ridicularizado pessoal e profissionalmente por um longo tempo.

Brasil.

Com esse caso ilustramos um processo histórico de violência e negação de identidades e de direitos sedimentado no conservadorismo e no autoritarismo sócio institucional, intimamente ligado às prioridades e aos interesses de uma elite econômico-política racista e sexista que se apropriou da estrutura do Estado para impor quem pode ser considerado legítimo de ter seu direito à cidadania resguardados.

O segundo caso que evidenciaremos, remete ao cruel assassinato da mulher trans Dandara dos Santos, amplamente noticiado pela mídia no ano de 2017, tomado aqui como expoente da tragédia de viver a diferença no Brasil. As qualificações descritas na peça acusatória, os depoimentos e as imagens divulgadas pelos próprios assassinos, o escárnio, a humilhação, o preconceito, a indiferença dos que assistiram aplaudindo, a vivo ou no meio virtual à cena, cúmplices da barbárie, expõe dimensões de uma violência que vai muito além do desejo de eliminação física de alguém⁴.

Longe de ser esse um caso isolado. Em 2017, embora a violência contra a população LGBTQIA+ no Brasil ainda seja subnotificada, um levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) registrou 163 assassinatos de pessoas trans nesse país. Foram ocorrências de linchamentos, asfixias, esquartejamentos, decapitações e outras práticas cruéis de extermínio dessas pessoas. Ainda que seja configurado como crime de ódio, a impunidade é predominante, considerando que 30% desses casos sequer foram noticiados; em apenas 15 desses casos os criminosos foram identificados e menos de 10% das ocorrências resultaram em abertura de inquérito contra os assassinos. A assimetria social que reverbera no aprofundamento das desigualdades, recai sobre certas populações de forma bem mais contundente.

No caso da violência letal, entre a população LGBTQIA+ a situação é alarmante, se considerarmos que a expectativa de vida de uma pessoa trans é de apenas 35 anos, conforme a União Nacional LGBTQIA+ (2015). A situação de violência no Brasil inclui toda forma de violação de direitos básicos e chega à negação do direito fundamental à vida, tendo em vista que o país lidera o ranking de assassinatos desse segmento. As pessoas trans apresentam ainda o menor índice de escolarização com histórico comum de expulsão do lar e exclusão escolar. São pessoas invisibilizadas sistematicamente por ocuparem postos de trabalho informais ou subemprego, quando não são empurradas para a prostituição, uma vez que 90% delas vivem nessa condição.

Outro elemento que vale destacar é o recorte racial. O racismo estrutural (ALMEIDA, 2015) tem aprofundado o abismo social, considerando que as piores taxas recaem sobre os corpos pretos, inclusive o encarceramento e a morte letal conforme nos mostra o Mapa da Violência (2016). Entre a população LGBTQIA+, a violência transfóbica é superior aos

4. **“A carniça ainda está de calcinha. Tu vai morrer carniça!”**, bradou um dos covardes assassinos de Dandara antes dos disparos, deixando clara a razão do assassinato.

demais, cujas vítimas têm o seguinte perfil: 82% são negras, 60,5% estão entre 17 a 29 anos, sendo que quase todas apresentam histórico de violência, preconceito e exclusão.

Considerando o perfil das pessoas trans vítimas de violência, podemos entender que as práticas de extermínio de pretos e pobres têm assumido as feições de uma política pública (ou necropolítica) de extermínio indiscriminado contra pobres, movida pelo ódio e pelo desejo elitista de condenação e eliminação da ralé (MARTINS, 2017). Nesse cenário, vislumbramos a composição de uma *necropolítica trans*, entendida como uma tecnologia ininterrupta de violência combinada, estrutural, institucional, socialmente e articulada nos espaços sociais, familiares, escolares, culturais, assumidos como espaços políticos de opressão da lógica heterossexista hegemônica.

DRAMAS E EMBARAÇOS INSTITUCIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E AS ADOLESCENTES TRANS

Em que pese qualquer boa experiência, a medida socioeducativa de privação de liberdade ainda se resume ao cárcere no Brasil, esse instrumento cada vez mais central para o controle dos corpos pretos e pobres e que se avolumou historicamente como um fenômeno de classe em um país em que a cor da pobreza é preta. Temos a 3ª população carcerária do mundo em condições subumanas segundo informou a INFOPEN⁵, (2017).

No caso de adolescentes, os dados apontam que do montante dos que cumprem medidas socioeducativas no Brasil, a grande maioria está sempre na medida mais severa prevista no ECA que é a internação. Desse total em 2016, 76% deles era do sexo masculino, 79,08% se autodeclarou negro⁶. Apesar de o marco legal ser fundado na doutrina da proteção integral, as condições de privação de liberdade dos adolescentes pouco diferem das condições de encarceramento reservadas aos adultos.

A entrada e permanência desses adolescentes no cárcere simboliza uma antidemocracia dada a seletividade desse dispositivo de gestão da pobreza, diretamente imbricada com as superestruturas jurídico-políticas do capitalismo, bem como com os quadros agudos de assimetria social, característicos desse sistema.

Várias particularidades históricas do capitalismo no Brasil nos fazem perceber tal fenômeno como proveniente de fatores econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos, amplos e multifacetados, estruturantes da complexa e diversa realidade brasileira. Os objetivos, princípios e valores da “construção” do homem moderno forjaram os mais cruéis projetos de (re) colonização, subalternização e “civildade” na história brasileira que é fruto de diversos períodos de nossa formação social colonialista, escravista e ditatorial, de modo

5. Sistema de Informações Penitenciárias.

6. No relatório de 2016, o Conselho Nacional de Justiça retratou as perversidades do ambiente de privação de liberdade.

que a violência e a opressão nela sempre estiveram presentes, o que torna evidente nossa baixíssima vocação para a vida democrática.

Somos herdeiros do autoritarismo, patriarcado estrutural molda os valores da nossa cultura. Somos socializados neste sistema, do patriarcalismo e vivemos atravessados até hoje por lógicas de governo das individualidades no dentro e fora das instituições totais de caráter classista e binário no tratamento da questão do gênero (GOFFMAN, 1988).

A falta de acesso à justiça é uma face desse cenário tenebroso em que prevalece o caráter meramente formal da democracia. O acirramento das desigualdades assevera o quadro de injustiças, assimetrias sociais, cultura do privilégio, do binarismo, do sexismo, do machismo, do patrimonialismo, do racismo estrutural, que tendem a permanecer sem nenhuma mudança significativa se não houver alguma socialização da riqueza (NETTO, 2009, p. 6-7).

Os espaços de privação de liberdade de adolescentes têm a mesma dinâmica do cárcere destinado a adultos e os programas socioeducativos reproduzem em grande medida a lógica do encarceramento marcada pela cultura punitivista e penal, a despeito dos princípios constantes no ECA e no SINASE (Lei Nº 12.594, de 18/01/2012) serem fundados na doutrina da proteção integral (BARROS, 2016). Salvo algumas exceções, essa violação fica mais flagrante quando se trata das adolescentes trans, uma vez que o atendimento individualizado nem sempre é garantido.

Conforme prescreve o SINASE (2012, p. 14), o “respeito às características e circunstâncias pessoais e das diversas esferas de vivência e singularidade da adolescente” deve ser considerada na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Porém, sua construção é dificultada por impasses que ainda atravessam a prática dos profissionais que atuam com medida socioeducativa, a saber: o preconceito, a falta de formação e de informação qualificada. O próprio acesso a dados oficiais acerca de adolescentes trans no Brasil é comprometido, pois os documentos consideram precipuamente a classificação biológica, invisibilizando a existência desse segmento nas fontes de dados da política que os atende, que implica em uma forma de silenciamento e de negação da existência dos “abjetos”.

Davis (2016) ao refletir questões de gênero no cárcere o apontou como uma instituição autoritária, machista e racista que tem funcionado como um espaço de sufocamento das identidades de raça e gênero. Suas assertivas se confirmam na realidade das adolescentes trans na estrutura dos espaços socioeducativos brasileiros totalmente ordenada em conformidade com a classificação binária de gênero. Quando apreendidas, seu alojamento nas unidades fica sempre a critério do entendimento e do fluxo que certos operadores do sistema local têm condições de orientar. Onde não ocorre o atendimento

inicial⁷, aumenta-se a possibilidade de violação de direitos, relacionada ao desrespeito a sua identidade de gênero.

Um último acontecimento que trazemos à baila foi extraído de arquivos institucionais do sistema socioeducativo do Pará: um caso de uma adolescente trans privada de liberdade pela prática de lesão e ofensa a um “cidadão” que não pagou pelos “favores sexuais” por ela prestados. Francisca⁸, pessoa de baixa renda, negra, usuária de droga, expulsa do lar pela família, fora da escola, foi cumprir sua medida de privação de liberdade junto com outros adolescentes, identificados pelo sexo masculino. Dos vários embaraços que sua presença causou na instituição, o ápice do conflito foi quando ela resolveu estender sua peça íntima feminina próxima às peças masculinas dos demais internos, que a agrediram fisicamente por isso. No âmbito da ação dos seus “educadores”, o maior impasse se deu quando durante a “revista diária” confiscaram o “enchimento” que a interna usava para dar formas “femininas” ao seu corpo, na ausência de garantia da terapia hormonal.

Tais situações motivaram protestos, confusões, discussões, ilustrando uma total dificuldade daquela instituição em lidar com a diferença e com o cumprimento da prescrição legal. Apesar das parcas recomendações vigentes, as adolescentes trans são compulsoriamente enquadradas no padrão de masculinidade hegemônico, considerando que são obrigadas a cortar os cabelos e a se vestirem como os adolescentes cisgênero.

Além disso, as atividades pedagógicas das unidades masculinas, pouco atendem a seus interesses. Em razão de risco de revitimização, algumas tendem a viver em regime de isolamento. É a segregação no interior de um espaço que já é de privação de liberdades. Apesar de alguns avanços na construção de normativas que atendam a tais particularidades, há resistência, inclusive dos próprios operadores de direito que se negam a proceder as revistas, problematizando a natureza biológica das trans.⁹

Diante de um histórico pouco revisado de um campo pantanoso da política social, em que pese as boas práticas, a inserção de adolescentes trans no sistema socioeducativo tem provocado um grande embaraço às instituições e em seus operadores, uma vez que suas práticas ainda estão hegemonicamente referenciadas em um modelo totalizante, totalmente desafiado com a chegada dessas pessoas.

Contraditoriamente ao ECA¹⁰ e demais regulamentações, as ações dessas instituições desconsideram e buscam neutralizar a diferença que as meninas trans representam, violando brutalmente suas individualidades em nome de uma padronização legitimada e referenciada na matriz binária heterossexual.

7. De acordo com art. 88, inciso V, do ECA, o atendimento inicial deve se dar em local único e de modo especializado em todas as esferas (Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança, Assistência social).

8. Nome fictício usado para preservar a identidade da adolescente.

9. Leia: <http://casoteca.forumjustica.com.br/caso/atendimento-a-adolescentes-transsexuais-nas-unidades-socioeducativas-femininas-do-espirito-santo/>

10. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N° 8.069/ 1990.

A vivência de seu gênero divergente do sexo biológico, remeteu uma adolescente a referir-se “*como uma barata*”, referindo não só o preconceito e intolerância social que recebem ao assumirem sua diferença, mas também pelo acirramento da ausência de oportunidades, de proteção, de amparo social, de compreensão, de aceitação familiar.

Tudo isso empurra muitas delas a viverem em situação de rua, à perda da liberdade e à morte, que pode ser ampliada da dimensão física para uma dimensão literal e simbólico-metafórica relacionado aos processos de negação política, sob a forma do que Bento (2014) nomeou de “*cidadanias precárias*”¹¹.

Isso significa compreender que o extermínio dessas pessoas não está associado somente ao perigo iminente ou a práticas cruéis de homicídio a que estão expostas em dias de tantos conservadorismos, mas sobretudo à continuidade de sua exposição a uma morte moral, social e política impingidas no interior das instituições onde tem ocorrido o aprofundamento da violência por meio de práticas tecnológicas ininterruptas de invisibilização, estigmatização, asfixia e negação da individualidade trans.

Trata-se do acirramento no atual contexto neoliberal de políticas de extermínio em que seres “*inservíveis*” e “*abjetos*” são cada vez expostos a uma política de morte. Uma *necropolítica trans*, seria então uma radicalização do conceito foucaultiano de biopolítica. Já não estamos mais falando de uma dimensão do poder soberano sobre a vida e a morte, mas de uma nova composição paradoxal de um “*fazer morrer*” cotidianamente, no sentido de uma produção contínua da morte literal e simbólica, seja pela omissão, seja pela negligência.

Referimos, então, sobre uma complexa teia em que ocorre a intersecção de sexo, corpo, gênero, sexualidade, violência, necropoder, invisibilização, discriminação e precariedade, justo em um momento contemporâneo de avanço da transfobia, racismos, guerras, terrorismos, imigrações, reforços fronteiriços, neoliberalismo econômico e aumento do encarceramento como forma de gestão a pobreza.

CONCLUSÃO

A naturalização da violência contra as pessoas transexuais tem sua proveniência no processo de desumanização a tais pessoas foram submetidas historicamente. É possível então falar de uma *necropolítica trans* que se constrói imbricada com os marcos jurídico-legais e institucionais, gestada também dentro de uma norma social racista, sexista, classista e heteronormativa.

11. Para Bento (2014), a *cidadania precária* representa uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas. Essa dupla negação está historicamente assentada em corpos marginalizados como os das trans que para adentrar a categoria de humano e cidadã teria que se construir como “*corpo político*”. No entanto alerta a autora que seu reconhecimento político, econômico e social tem sido lento e descontínuo. (p.167)

Tratamos aqui de uma necropolítica que é ratificada pelo discurso jurídico e pelas práticas institucionais, legitimada de forma contundente no interior do espaço de privação de liberdade o que vem compor o mosaico da *necropolítica trans* em que a negação e destruição da diferença está manifestada na classificação dos sujeitos entre o normal e o anormal, cidadãos plenos ou *cidadãos precários*.

A morte metafórica e literal das adolescentes trans, pode ser promovida por uma normalização projetada a partir de um rearranjo político, econômico, social e institucional. Desumanizadas podem ser eliminadas “como baratas”, daí o caráter violento e totalitário que as instituições socioeducativas podem assumir.

A entrada das adolescentes trans nessas instituições, tem promovido uma “inclusão perversa” (SAWAIA, 2001), considerando que o Estado, além de não garantir direitos essenciais, promove sua morte moral, social e política. Isso é uma evidência de que ainda precisa de muita luta e disputa para desconstruir limites e quem sabe efetivar direitos que ainda gotejam para o segmento trans, sendo que isso precisa ser assumido como tarefa coletiva.

Retomamos agora alguns aspectos apontando possíveis percursos alternativos. Primeiramente, evidenciamos a lacuna teórica na produção acadêmico-científica sobre o tema, que, em nosso modo de ver, urge ser problematizada e articulada às contribuições dos estudos de gênero, transfeminismo e interseccionalidade para a produção de discursos que legitimem a garantia de direitos a partir do lugar da academia.

Nesse sentido, enfatizamos que o nosso esforço de análise à luz dos escritos de Mbembe associado a interseccionalidade, mesmo que não seja com a profundidade desejada, dá algumas pistas de que essa pode ser uma potente ferramenta de análise, instigando uma atuação do campo político de confronto à violência estrutural, sistemática e institucionalizada perpetradas nas contínuas práticas de morte contra as adolescentes trans dentro ou fora dos espaços socioeducativos.

Em seguida, destacamos a necessidade de articulação entre uma potente produção acadêmica com os movimentos sociais, órgãos oficiais e sociedade em geral, no sentido de qualificar a produção de dados e ressignificar as estruturas históricas, sociais e jurídicas amplamente consolidadas, atinentes a sexo, corpo, gênero, sexualidade, combatendo desse modo a invisibilidade e revitimização das adolescentes dentro e fora de espaços socioeducativos.

Isto implicaria ainda em investimentos na formação continuada e valorização de trabalhadores, estruturação da base material, acompanhamento das ações estatais que de fato impliquem na materialização de direitos.

Por fim, dizemos que é de suma importância que as instituições brasileiras assimilem que a tarefa de “privar da liberdade” se define pela imputação de limites temporários para

locomoção física das pessoas, mas nunca a *destituição de seu direito de existir*.

No mais, afirmamos que é imprescindível que a tarefa da “socioeducação” seja mesmo articulada e compartilhada com a sociedade. Trata-se de engajamento coletivo por justiça, dignidade, respeito, fluidez de gênero, tolerância, educação, seguridade, trabalho, lazer; enfim, o direito de existir livremente fora das formulações legais e de espaços mediocrementemente restritos e autorizados pela elite, douda, de pele branca, rica, racista, machista e agora ultraneoliberal.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, ano XXV, n. 50, p. 71-102, julho, 2005.
- BARROS, Geraldo Neves Pereira de. **Historiografia educacional e educação escolar para adolescente em situação de privação de liberdade (1996-2013)**. 2015. 220 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- BENTO B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Rev Contemporânea**. 2014; 4(1):165-82.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069, 1990.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**, junho 2017. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2016.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, DF: CONANDA, 2006
- BRASIL. **Mapa da violência**: Os Jovens do Brasil. Brasil: Secretaria da Juventude, 2013.
- CHAVES, Silvane Lopes. Sobre corpos insolentes: corpo trans, um ensaio estético da diferença sexual em educação. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- DAVIS, Angela. **Are Prisons Obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1, Jun. 2014.
- MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MBEMBE A. **Necropolítica**. Sta. Cruz de Tenerife: Melusina; 2011.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.151 162.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

PISCITELLI Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263 a 274, jul. /Dez. 2008.



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO


Ano 2021

The background features a stylized illustration of a human body in shades of red and pink. A large, blue, spiky virus particle is prominent in the upper right, and a hand is shown in a similar blue color. The overall theme is related to health, disease, and the pandemic.

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

DOCÊNCIA E PRÁTICAS INVESTIGATIVAS EM TEMPOS DE GUERRA CULTURAL, GENOCÍDIO PANDÊMICO E TRANSFÓBICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Atena**
Editora
Ano 2021